FRONTEIRAS NA IDADE MÉDIA: REPENSANDO A TERRITORIALIDADE A PARTIR DA HISTÓRIA GLOBAL

"BORDERS IN THE MIDDLE AGES: RETHINKING TERRITORIALITY THROUGH GLOBAL HISTORY

Edilson Alves de Menezes Junior[1]

Resumo: Este artigo propõe uma reflexão historiográfica sobre as fronteiras territoriais medievais a partir das possibilidades teórico-metodológicas aventadas pela história global. A crítica ao paradigma nacional e ao internalismo metodológico orienta a análise das formas de territorialidade e poder no medievo, tomando como estudo de caso o condado de Flandres (1188–1215). Busca-se demonstrar os limites da aplicação de categorias modernas ao passado medieval e as potencialidades de abordagens conectadas e comparativas. Ao articular escalas múltiplas de análise e enfatizar as relações de subordinação pessoal, o artigo aponta para a fluidez e a instabilidade das formações políticas da época, tensionando cartografias fixas e noções rígidas de fronteira, em favor de uma leitura mais aderente às dinâmicas históricas do período.

Palavras-chave: fronteiras medievais, história global, territorialidade

Abstract: This article offers a historiographical reflection on medieval territorial borders through the theoretical and methodological possibilities advanced by global history. The critique of the national paradigm and methodological internalism guides the analysis of forms of territoriality and power in the medieval period, taking the County of Flanders (1188–1215) as a case study. The article seeks to demonstrate the limits of applying modern categories to the medieval past and the potential of connected and comparative approaches. By articulating multiple scales of analysis and emphasizing personal bonds of subordination, the text highlights the fluidity and instability of the political formations of the time, challenging fixed cartographies and rigid notions of borders in favor of an interpretation more attuned to the historical dynamics of the period.

Keywords: medieval borders, global history, territoriality

[1] Em estágio de pós-doutorado pela PPGH-UFF, com fomento da FAPERJ. Lattes: http://lattes.cnpq.br/4418774790165227; ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5274-4322; email: edilson_menezes@id.uff.br

NOVAS ABORDAGENS A UM NOVO TEMA

O poder de reinvenção – e invenção, não obstante – da ação historiográfica é, por vezes, surpreendente. Novos paradigmas, problemáticas e toda uma gama de renovadas inquietações advindas do presente reorientam e ressignificam a pesquisa histórica em resposta às novas questões postas, novas leituras, resgatando antigos debates e desestabilizando certezas estabelecidas. Nesse processo, temas e abordagens antes considerados secundários ou esgotados adquirem novos contornos, redimensionados pelas lentes contemporâneas. O presente trabalho insere-se nesse horizonte de renovação crítica, propondo uma reflexão historiográfica sobre as fronteiras territoriais medievais à luz das possibilidades teórico-metodológicas aventadas pela História Global.

A presente altura, já na avançar da primeira quadra do século XXI, os impactos de um mundo cada vez mais globalizado, interconectado e significativamente mais interdependente nos lança uma série de desafios do tempo presente que, não obstante, também clivam nossas impressões do pretérito (CONRAD, 2016, p. 01-02). A História Global, ainda em consolidação enquanto campo, expressa esse deslocamento ao mobilizar escalas múltiplas de análise, tensionar o internalismo metodológico e questionar os fundamentos narrativos das histórias nacionais. Trata-se, sobretudo, de um esforço em superar os limites da narrativa nacional – ainda presente em boa parte da produção acadêmica – e de reorientar a investigação histórica a partir de conexões, trocas, interações e redes que atravessam fronteiras convencionais. Nesse sentido, um dos principais méritos dessa abordagem reside na crítica à retroprojeção de categorias modernas, como “Estado”, “fronteira” ou “soberania”, sobre contextos históricos anteriores à sua conformação. A despeito dos esforços nesse sentido, entretanto, o caminho ainda não está plenamente pavimentado e não faltam problemáticas e debates dos rumos historiográficos a se seguir (DRAYTON; MOTADEL, 2018, p. 08-11).

É justamente nesse ponto que se insere a proposta deste artigo: refletir, a partir de um caso empírico situado – o condado de Flandres entre 1188 e 1215 –, sobre os limites e possibilidades de se repensar as fronteiras medievais sob o prisma da História Global. Flandres, região historicamente marcada por ambiguidades jurisdicionais, vínculos vassálicos múltiplos e complexas redes de poder, oferece um terreno fértil para a problematização das fronteiras como construções instáveis, negociadas e permeáveis. Ao invés de fixar-se em delimitações territoriais anacrônicas, o artigo privilegia uma leitura que articula poder, espaço e circulação, enfatizando a lógica das relações de subordinação pessoal e o papel das elites aristocráticas na conformação das territorialidades do período.

A despeito do eurocentrismo fundante da tradição acadêmica europeia, as imposições analíticas e fundacionais da historiografia no século XIX constrangeram, sob a ótica do Estado-nação, a própria história europeia pretérita a adequar-se ao paradigma das “origens medievais” da Europa – o esforço de “associar os séculos V-XV à formação da Europa” (SILVA, 2020, p. 03).

O padrão de territorialidade mobilizado era – e ainda o é, em boa medida – legatário direto de uma série de debates teóricos que podem ser sintetizados na produção de Max Weber, talvez o mais eloquente e duradouro representante do pensamento da época (HIRSCH, 2014, p. 15-16). Tratava-se, portanto, às expensas do modelo weberiano de Estado, de retroprojetar o enquadramento de territorialidades fixas, com fronteiras territoriais bem delimitadas, sob a égide de uma forma estatal que – dentro das margens territoriais estabelecidas – poderia legitimamente exercer o afamado monopólio legítimo da violência, bem como da justiça e taxação (WEBER, 1999, p. 525-529).

Nada mais é que do que a sublimação teórica do "Estado Moderno" (MATTEUCCI, 1997, p. 26-27; CLAVERO, 1981, p. 55), a qual todas as formas pretéritas ou exógenas, sob a lógica evolucionista e linear do eurocentrismo, deveriam alcançar. Sob essa lógica "historicista", às periferias coloniais restariam debilidades por vezes congênitas que poderiam ser remediadas pela ação imperialista e, para a própria Europa – ou melhor, parte dela - a análise genealógica que justificasse/explicasse o desenvolvimento histórico exitoso. Do ponto de vista historiográfico, o molde de território nacional passou a ser a chave interpretativa de territorialidade a diversos período, como a Idade Média. Entretanto, em face da legalidade própria das dinâmicas de poder e território medievais, pouco afeitas aos moldes teóricos impostos, as implicações analíticas foram latentes. Tratou-se de enquadrar um objeto a um molde nacional antes de sua existência dele, as nações europeias *avant la lettre*: eis a grande história nacional, tradicional e *événementielle*, que adentra o século XX com produções que evidenciavam os grandes marcos nacionais, como a chegada dos Capetíngios ao poder no reino franco, no século X.

O passado medieval, contudo, resiste a esse enquadramento: os vínculos de poder operavam por meio de lógicas dinásticas, domésticas e honoríficas, e a autoridade política se exercia de forma fraturada, sobreposta e, muitas vezes, concorrente. Nessa perspectiva, os mapas tradicionais pouco dizem sobre a fluidez do poder no medievo e, mais ainda, sobre a experiência vivida das fronteiras. Ao problematizar a aplicação dessas categorias modernas ao mundo medieval, pretende-se não apenas revisitar o tema das fronteiras, mas propor sua reinterpretação com base em outras categorias analíticas e, sobretudo, a partir de novas escalas. O caso de Flandres permite, por sua posição geográfica e política, iluminar as interações entre o Reino da França e o Sacro Império, bem como as estratégias de negociação aristocrática, os jogos diplomáticos e as flutuações das lealdades políticas que caracterizam a região nesse período. O que se propõe aqui, portanto, é analisar essas dinâmicas com base em uma leitura conectada, que reconhece tanto a singularidade dos contextos locais quanto sua inserção em redes mais amplas de poder e circulação.

Por fim, este artigo está organizado em três grandes seções. A primeira apresenta um balanço historiográfico sobre as fronteiras e formas de territorialidade na Idade Média, destacando os limites do conceito moderno de fronteira e os impasses da cartografia histórica. A segunda seção

examina, de forma mais direta, as contribuições possíveis da História Global ao debate sobre fronteiras medievais, articulando teoria e metodologia. A terceira parte é dedicada à análise do condado de Flandres como estudo de caso, evidenciando, por meio de fontes documentais e narrativas, a complexidade das configurações territoriais no período e sua consonância com uma abordagem conectada e multiescalar. Com isso, pretende-se contribuir para a renovação crítica do campo e apontar caminhos possíveis para a superação das amarras do modelo nacional na história medieval.

FRONTEIRAS E TERRITORIALIDADE NA IDADE MÉDIA: LIMITES DO CONCEITO E DOS MAPAS

É importante destacar, no início dessa seção, algumas incongruências da trajetória historiográfica do tema das fronteiras medievais. Como apontado anteriormente, a configuração tradicional da abordagem historiográfica medieval consolidou-se, a esse respeito, em dois núcleos de investida fundamentais que derivavam, em níveis diversos, do mesmo paradigma: o desenvolvimento do Estado nacional. Seja no âmbito da retroprojeção da territorialidade e dinâmica fronteiriça do século XIX ao passado medieval, seja evocando a genealogia tradicional das origens medievais da Europa.

Entretanto, os constrangimentos e encaminhamentos analíticos produziam impasses de difícil resolução. O que, por exemplo, autoriza a falar de “França” no século X em seu mito nacional de Hugo Capet? Sem recorrer ao século XIX, a belíssima e ilustrada edição de divulgação, de Georges Duby, sob o sugestivo título “História da França: o nascimento de uma nação – das origens a 1348” ilustra muito bem esse tipo de abordagem (DUBY, 1970, p. 253-260). Ou ainda a outra espinhosa problemática: qual teria sido a extensão efetiva desse reino francês? Enquadrar o passado medieval em fronteiras nacionais marcou inúmeras gerações de medievalistas, bem como a compartimentação acadêmica dos espaços europeus na Idade Média. Compartimentação esta que, até mesmo do ponto de vista acadêmico, gerava contradições: o dito “Império Angevino” deveria ser enquadrado como passado histórico da Inglaterra? (AURELL, 2003, p. 10-15) O que permite atestar, no bojo da pesquisa histórica, que os reinos e localidades ibéricas diversas sob a égide de “Espanha/ espanhol” ou mesmo assegurar vividamente que o afamado condado Portucalense fora o germe inequívoco de Portugal?

Ainda em um nível mais amplo, “proto-nacional”, as dificuldades de caracterização mantiveram-se patentes àquelas regiões que se formariam mais tardiamente em “contornos nacionais”, como Itália e Alemanha, mas que por terminologias diversas são arremessadas no quadro de história nacional italiana ou alemã. Locais relativamente fronteiriços, no mapa europeu contemporâneo, corresponderiam a que enquadramento nacional? Onde alocar o condado de Flandres, tão cambiante entre o reino franco e o Sacro Império? E a Alsácia? A unidades com

relativa estabilidade política e com uma aparente autonomia, como o "reino da Borgonha", a dificuldade de caracterização não é menos complicada.

O esforço por si só de qualificar a Borgonha já mobiliza controvérsias diversas: Estado, reino ou principado? (LECUPPRE-DESJARDIN, 2022, p. 04-06). A própria terminologia *princeps* (príncipe) que, etimologicamente, refere-se "aquele que ocupa o primeiro lugar" (DEMOTZ, 2007, p. 21-22), mas que parece uma espécie de classificação territorial provisória ou menos problemática que outras alternativas:

> Os duques da Borgonha e de Brabante, condes de Flandres e de Hainaut, senhores de Zutphen e assim por diante — os duques Valois da Borgonha, de um título ao outro — eram príncipes que presidiam um principado (e não um reino, como se lê com frequência), cujo denominador comum era uma 'principatividade' ou supremacia sobre esse conjunto de territórios políticos. Esse 'principado' assumia a forma de uma união pessoal, ou de um conjunto de uniões pessoais, com o príncipe. Para satisfazer os historiadores que se incomodam com a ambiguidade do termo 'principado' — que poderia remeter a um dos componentes dos territórios dos duques Valois da Borgonha, em vez do conjunto —, utilizaremos aqui o termo 'Grande Principado', a fim de evitar ambiguidades, sendo este também próximo ao título de 'Grão-Duque do Ocidente', às vezes atribuído a Filipe, o Bom. Se é difícil estabelecer um consenso em torno do conceito de 'Estado', o termo 'principado' não parece ser tão controverso (LECUPPRE-DESJARDIN, 2022, p. 05).

A dificuldade em caracterizar alguma terminologia adequada a se referir a Borgonha já parece considerável por si só; qualificar o raio de sua extensão territorial efetiva, ainda mais. Ainda que se chegue a uma dada circunscrição abstrata, sua concreta realização material supõe outros elementos. Nesse sentido, o estranhamento cartográfico é notoriamente patente. A série de exemplos históricos requisitados acima, além de sublinhar o velho esforço de identificar as "origens medievais" da Europa, poderiam ser alocados em uma escala geográfica próxima das nações do XIX. Em equivalências territoriais menores, ao nível de condados, ducados e senhorios diversos, a impossibilidade de aplicar a métrica de delimitação e fronteira do século XIX beira ao insustentável: vide, não obstante, os hercúleos esforços da produção contemporânea de mapas medievais, de identificar a extensão de determinadas regiões e circunscrições. Não é por acaso que boa parte dos manuais cartográficos e obras que mobilizem mapas específicos retenham-se em um ano/evento específico e, geralmente, não possam apresentar o desenrolar histórico dessa cartografia por uma série de impossibilidades empíricas.

Não faltam exemplos de obras que mobilizem mapas sobre o período medieval, no geral, de forma muito ilustrativa e com parca reflexão a respeito, como atlas históricos, propriamente dito, que incidem na problemática de especializar cartograficamente territórios medievais que obedecem a outras legalidades históricas. Esse elemento os torna, fundamentalmente, especulativos, um apoio ilustrativo ao leitor de forma a especializar abstratamente do que se fala. Essa talvez seja a principal debilidade do necessário esforço de cartografia histórica, mas que não deixa de ilustrar a dificuldade de se fugir dos padrões nacionais de fronteiras. Em um dos mais recentes atlas históricos, de Antoine Destemberg, o autor ilustra essa dificuldade argumentando:

> De fato, os princípios da representação cartográfica atual, que oferecem uma imagem de territórios delimitados por fronteiras traçadas linearmente, são estranhos à Idade Média e refletem uma realidade espacial que provavelmente não existiu como tal. O espaço medieval é um espaço vivido, descontínuo e polarizado. Ele se confunde com a concepção de poder, em um jogo de encaixes e de sobreposições. E mesmo que se possa observar durante a Idade Média um lento processo de territorialização do poder, este se exercia primeiramente sobre os homens antes de se exercer sobre um território: daí uma consciência menor das fronteiras, palavra cuja aparição é, ela própria, tardia. É por todas essas razões que escolhemos conceber este atlas como a conjunção dos homens, dos poderes e dos espaços (DESTEMBERG, 2017, p. 06).

Ainda que pesem amplas dificuldades à produção de mapas históricos, deve-se registrar sua importância latente no que se refere à história medieval. Esse "espaço vivido, descontínuo e polarizado", ainda que fugidio em termos de produção cartográfica, não desconhece as implicações práticas da territorialidade; como bem lembra Destemberg, o conceito de território é inexoravelmente indissociável ao de poder. Resta, não obstante, o amplo esforço cartográfico adequado à realidade medieval, não a sobreposição do mapa europeu contemporâneo.

Conquanto a essa reflexão, não se pode deixar de recorrer ao território enquanto conceito geográfico. Paira no senso comum, de certa forma, a consideração de que há uma íntima relação entre História e Geografia quase como coirmãs; entretanto, no universo acadêmico, os diálogos nem sempre são tão intensos quanto se imagina. Pensar a ideia de fronteiras territoriais, todavia, convida o pesquisador necessariamente a um diálogo geográfico, recorrendo a conceitos caros a essa área de conhecimento.

Antes mesmo do conceito de território, a geografia considera a categoria de *espaço*. Este refere-se ao próprio cenário físico-natural, o ambiente real e geográfico na qual o mundo orgânico realiza-se. É o escrutínio físico, o dado material. Todavia, embora a vida humana pressuponha o mundo orgânico, dado sua inviabilidade reprodutiva de descolar-se deste, o ser humano não é apenas um ser natural, mas sim um ser social. Logo, a própria relação dos homens e mulheres com seu espaço físico é intensamente configurada por diversas mediações sócio-históricas que o intermedeiam. Em síntese, "o território deve ser entendido como produto das relações sociais que se estabelecem no espaço" (SILVA, 2015, p. 02). Não obstante, o conceito de território supõe o de espaço, mas não se confunde com este (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Ao tratar-se de território, não se aborda meramente um dado espaço físico-natural, mas sim o conjunto dialético das relações humanas – portanto, sociais – que se expressam em um dado espaço geográfico e o modificam-no, singularizam-no. Nas palavras de Raffestin:

> Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator "territorializa" o espaço (...) O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informações, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

A grande polissemia do conceito de território e as diversas entradas analíticas que os geógrafos a ele impõem não tem espaço aqui (ELISSALDE, 2002, p. 194). O que se retêm,

fundamentalmente, é que, admitindo-se que território é a expressão dialética de um espaço humanizado e socializado, destaca-se a vinculação desse conceito com o de *poder*.

Território poder, é a concreção geográfico-material de relação de poder entre grupos sociais. O poder, abstratamente considerado, é o exercício de autoridade/comando sobre pessoas. Que essa é uma afirmação vaga, não se pode negar; mas se poder é disperder a capacidade de controle, objetivo e/ou subjetivo, sobre um determinado indivíduo, grupo ou classe, o fator geográfico parece rigorosamente indispensável. Em outras palavras, o poder político realiza-se concretamente em um dado território, o alcance desse poder possui um limitado raio de extensão, algum nível de circunscrição. Nesse sentido:

> Convém interrogar sobre a noção mesma de fronteira nessa época e sobre as representações que elas nutrem. A fronteira aparece como um processo de delimitação de um espaço correspondente à ação de um poder político. Ela conduz ao estudo do poder dos principados, seu nascimento, sua extensão, seus êxitos, sua 'desaparecimento' e põem problemas de sua relação com a realeza (MOAL, 2016, p. 49).

Há, portanto, fronteiras territoriais na Idade Média, bem como uma territorialidade estabelecida; supor o contrário seria plasmar as relações sociais medievais em espaços desterritorializados, o que a realidade empírica contraria fartamente. Naturalmente, o espaço praticado obedece a legalidades diversas, não somente a do poder político. Entretanto, no que se refere à problemática das fronteiras territoriais, o poder político parece ter uma destacada centralidade, pois:

> A fronteira comporta uma implicação política pois ela se constitui uma limitação de autoridade superior (...) No final da Idade Média, diversos principados tornam-se verdadeiros Estados principescos nos quais se lança uma política de centralização em termos financeiros, judiciais, políticos e militares (...) A fronteira marque primeiramente os confins da jurisdição ao interior da qual todos os habitantes obedecem ao mesmo costume, as mesmas leis, o que atesta o sentimento de um "Estado territorial" no sentido moderno do termo (MOAL, 2016, p. 60).

Ainda que no presente artigo não se esteja delimitando as fronteiras territoriais tão somente ao limiar de Estados ou principados, mas levantando variados fatores à reflexão de sua ampla realização, das paróquias, castelanias, senhorios aos reinos, restam grandes dificuldades. Uma das maiores, seja da aplicação do arcabouço teórico-metodológico orientado pelas "fronteiras nacionais" do século XIX, seja da produção de uma cartografia histórica, é a mutabilidade fronteiriça típica na Idade Média. Em outras palavras, e em sendo inextrincável a relação entre território e poder político, pensar as dinâmicas de fronteira no medievo requer, necessariamente, a referência as relações de subordinação pessoal. Os vínculos políticos entre a aristocracia, poder que fundamenta as circunscrições políticas, fundam-se em laços de dependência pessoal, na troca desigual de presentes, no acordo de vassalagem (BERNARDO, 1997, p. 201-202). Wickham, retomando o caso das origens do "império angevino" e dos vínculos entre o monarca da França e o da Inglaterra, destaca:

> Tratava-se de um vínculo marcado pelos cerimoniais — juramentos, homenagens (isto é, pelo reconhecimento formal da dependência pessoal), etc. —, e encontrava-se intimamente associado à honra. Estava também ligado a todo um conjunto de pressupostos sobre o senhorio, já que o cerimonial do vassalagem era um dos elementos que estipulavam que Henrique, na qualidade de senhor, recebia das mãos do rei da França uma dúzia de condados e ducados (junto com os recursos extraídos de suas respectivas terras), diferentemente do que ocorria em seus territórios mais ricos e melhor coesos, os da própria Inglaterra, nos quais exercia uma soberania plena (...) um universo no qual uma vasta elite de grandes aristocratas e cavaleiros prestava serviço de armas ao seu senhor e lhe demonstrava lealdade política para receber em troca mercês sob a forma de cargos ou terras das mãos dos reis ou senhores a quem prestavam homenagem — privilégios que podiam perder em caso de quebra do compromisso de fidelidade (WICKHAM, 2017, p. 47).

O caso é mobilizado aqui pelo seu potencial aparentemente contraditório com o modelo do Estado nacional, que em sua consubstanciação weberiana não poderia conceber a "soberania interna" submetida a alguma "força estrangeira". Entretanto, essa categorias não se aplicam a essa maneira na Idade Média. A citação de Wickham é ilustrativa no sentido que oferece um curto panorama de uma série de fatores que fundamentavam os vínculos de dependência pessoal fundantes das diversas aristocracias medievais e, não obstante, implicava em sua práxis política e territorial.

A ideia de territorialidade, portanto, supõe expressões as mais diversas do esforço de delimitar áreas, demarcá-las, estabelecer algum raio de circunscrição. Se o ser humano é uma animal político, o é também, em muitos níveis, territorial. Há a espacialidade das vilas, das comunidades rurais, paróquias, castelanias etc. Entretanto, do ponto de vista da formação de formações territoriais, no sentido de sua consubstanciação política, recaí sob aqueles que tem a prerrogativa do poder político – a aristocracia – a fundamentação pragmática dessa espacialidade de poder. Eis, todavia, a principal contradição com as perspectivas historiográficas e cartográficas do século XIX: na lógica medieval, o conjunto dinâmica dessas formações políticas da aristocracia realiza-se em bases de vínculos de dependência pessoal. Nesses termos, o historiador português João Bernardo buscando caracterizar o que chamava de "regime senhorial" apontava:

> Esta lei, como a de qualquer regime ou modo de produção, regia fundamentalmente o processo de exploração, que permitia a existência material da sociedade e a reproduzia. Não há, porém, exploração em geral, apenas sistemas específicos. No regime senhorial a exploração consistia na articulação das prestações servis efetuadas sob o *bannum* com as concessões dos senhores aos servos canalizadas pelo *mundium* (BERNARDO, 1997, p. 237-238).

Concluindo que:

> Se as instituições em que esta articulação se processava eram o *mundium* e o *bannum*, a figura que mais adequadamente concebe a relação entre eles é a troca de presentes. Posso, por isso, definir a lei do regime senhorial como a troca pessoal e particularizada, espaçada no tempo, de presentes constituídos por objetos econômicos concretos de função desigual. Sintetizando, e acentuando os aspectos decisivos, a lei pode resumir-se como a troca de funções desiguais (BERNARDO, 1997, p. 239.

A síntese a que chega João Bernardo em caracterizar o regime senhorial, isto é, o conjunto das relações pessoais estabelecidas no interior da aristocracia, enquanto "troca de funções desiguais" aponta, também, à "fluidez territorial" da Idade Média. Para além de todo cerimonial dessas relações, da honra, da homenagem etc., lembrados por Wickham acima, o fundamento elementar de dinâmicas territoriais calcadas em relações pessoais – e funcionalmente desiguais, como sublinhou João Bernardo – implica necessariamente em oscilações territoriais constantes. Laurent Feller, que também recorre à teoria do dom e da troca desigual de presentes, analisa esse elemento central da dinâmica aristocrática, tal qual sua conformação territorial, apontando que:

> A redistribuição das riquezas faz parte do comportamento nobre. O prestígio, a autoridade e o reconhecimento social que compõem o status derivam, em parte, da capacidade de contribuir para o enriquecimento de seus amigos, de seus parentes e de certos lugares de oração, indissociáveis do poder da família. É preciso doar para ser considerado: doar terras, certamente, mas também doar bens móveis, cavalos a seus clientes militares, bois ou instrumentos de trabalho a seus clientes produtores...
> A sociedade e a economia do Alto Medievo conhecem, assim, uma intensa circulação de riquezas por meio do dom no interior dos grupos de status, mas também de um grupo de status para outro. Essa circulação assume a forma de retribuições no caso do campesinato, mas compreende, para os senhores, obrigações morais de proteção que se estendem à ordem econômica. Não é anormal que um dominante efetue gratificações aos dominados ou que participe de trocas desiguais nas quais sua contribuição assume o aspecto de um dom (FELLER, 2017, p. 36).

É na base de complexas redes vínculos pessoais aristocráticos, isto é, os variados níveis de domesticidade estabelecidos que se conformam as formações territoriais – marcadas pela "obrigação social da redistribuição por meio do dom" (FELLER, 2017, p. 37). Assim sendo, a própria ideia de "unidade política" é consideravelmente distinta da prerrogativa contemporânea, o que não deixa de escamotear que uma determinada "unidade", como um senhorio, reino ou condado, suponha em seu interior uma gama – por vezes insondável – de muitas relações de dependência, acordos provisórios, conflitos e contradições. Condiz-se, portanto, com "as necessidades dos senhores cujo poder repousa simultaneamente sobre sua força real e sobre seu prestígio, estão em constante crescimento (...) afirmando, por meio de seus dons e generosidades, sua posição de chefe (...)" (FELLER, 2017, p. 176). Um ducado, como o da Borgonha por exemplo, estabelece idealmente alguma espacialidade abstrata, alguma ideia de territorialidade, mas que em sua realização prática e objetiva mobiliza tensões e acordos muito variados em seu interior. É a partir desse "empilhado" de laços vassálicos que as formações territoriais podem se estabelecer, o que em boa medida impõe bases nem sempre duradouras de acordo político. Nas palavras de Kuchenbuch e Michael:

> A "multiplicação" dos vínculos feudovasalláticos (junto a formas concorrentes de relação: parentesco, ministerialidade, eleição etc.) possibilita a formação e conservação de um poder (supra-)regional (monarquia, império, principado etc.) sob a forma de uma hierarquia, complexamente estratificada, de "proprietários senhoriais" que se diferenciam e se incorporam em estamentos definidos. Ao mesmo tempo, reproduz-se no interior desse sistema uma divisão horizontal entre

> a nobreza "alta", diretora da política "alta" e constituída por algumas poucas famílias ("casas"), e a "aristocratie de second rang" (P. Contamine), numericamente mais ampla e relativamente móvel no sentido vertical, a qual aparece como auxiliar na imposição dos interesses da alta nobreza, mas que, simultaneamente, aspira a incrementar o rendimento com o qual foi infeudada e a elevar seu prestígio social (cavaleiro, castelão) (KUCHENBUCH; MICHAEL, 1977, p. 43).

Essa dinâmica, justamente, aparece em franca contradição com o modelo intelectual do Estado nacional do século XIX, não somente em delimitar os territórios desses "países", mas também em termos de sua realização material interna. Ainda, entretanto, que se possa considerar aspectos variados que possam marcar esses territórios, como suas dimensões culturais e simbólicas, sua fluidez é consideravelmente grande.

A HISTÓRIA GLOBAL E SUAS PROMESSAS AO MEDIEVO

Como apontado na seção anterior, há uma considerável contradição entre as premissas teórico-metodológicas que se hegemonizaram a respeito de território e fronteira, aquelas oriundas da concepção estatal do século XIX, e a realidade objetiva na Idade Média. Trata-se, em vários níveis, de uma substancial impossibilidade epistemológica e a subsunção desse tema histórico às premissas contemporâneas produziram consideráveis deformações analíticas. Não sendo possível admitir a inexistência de poder político no medievo, o que supõe sua realização concreta em níveis diversos de espacialidade, há territórios estabelecidos – e, por conseguinte, fronteiras. Procurou-se, portanto, demonstrar a necessidade de outras abordagens teórico-historiográficas que deem conta de reproduzir a especificidade das dinâmicas territoriais na Idade Média de forma mais apropriada.

Assim sendo, o que a História Global tem a oferecer a investigações do tema das territorialidades e fronteiras no medievo? Em sendo um campo, como já apontado, realiza-se a contrapelo dos parâmetros nacionais, há de se ponderar quanto as possibilidades analíticas que dessas considerações podem decorrer.

Cabe sublinhar, primeiramente, que se trata de um campo sem uma definição detida. A polissemia e as disputas diversas acerca da bandeira da história global, talvez, marquem um campo ainda pouco conciso, transpassado por consensos provisórios e apropriações teórico-metodológicas diversas. Ilustra o argumento as polêmicas acerca da devida caracterização do campo, seja pela terminologia adotada (história mundial, big history, história conectada ou global?) (CONRAD, 2016, p. 05-07; DOUKI; MINARD, 2007, p. 07-10; SILVA, 2020, p. 14-16), as tendências analíticas relativamente similares e anteriores ao *global history* (história universal, transnacional) (MAUREL, 2009, p. 156-157) ou mesmo as possibilidades de identificar "intelectuais globais" *avant la lettre*, como já se argumentou até mesmo sobre a obra de Ranke no século XIX (DRAYTON; MOTADEL, 2018, p. 02-04). A própria definição do que seria globalização prossegue em disputa e enseja controvérsias relativamente espinhosa entre os historiadores (MAZLISH, 2006, p. 07-08), mas seria possível, não obstante, a partir de uma definição abstrata e provisória, pensar a utilização

metodológica do acervo proposto no campo da história global. A esse respeito, afirmou Mazlish logo na abertura de seu livro:

> Como definição preliminar de globalização, podemos oferecer, neste ponto, a seguinte: trata-se de um conjunto de transformações históricas que conduzem a um grau cada vez mais elevado de interdependência e interconectividade. Uma consciência dessas transformações é amplamente partilhada em escala global, assim como a percepção de que elas estão afetando a experiência humana (MAZLISH, 2006, p. 01).

"Interdependência e interconectividade", talvez, sejam as bandeiras mais exaltadas no campo da história global no esforço de apreender a riqueza de fatores que outras escalas de análise podem revelar, embora não se deva subestimar os riscos e possível deformações, além do "uso inflacionado dos termos como global, transnacional, intercultural" (DRAYTON; MOTADEL, 2018, p. 07). Entretanto, não é o objetivo desse artigo traçar a genealogia do que se conveniou chamar de história global e seus polos de disputa, mas sim chamar atenção aos traços essenciais de sua abordagem. Dentre eles, fundamentalmente, um dos alvos elementares dessa corrente é contra o "internalismo metodológico", a partir de variantes diversos como Estado-nação, civilização, império etc. (DEGAN; JUNIOR, 2019, p. 229-230).

Nessa perspectiva, "ao longo dos anos, a História Global surgiu como uma alternativa à História Nacional, na medida em que soube salientar os fenômenos de interdependência e os processos de integração em escala planetária" (SILVA, 2020, p. 05). O acento às interconectividades enquanto, também, uma alternativa ao paradigma da história nacional é um dos fatores que chama a atenção a uma série de discussões em sua esteira e que, em especial às discussões das fronteiras territoriais no medievo, abre margem a outras possibilidades analítica. Ainda que o paradigma global pareça estranho a períodos anteriores a um processo de globalização de fato, o professor Marcelo Cândido sinaliza:

> O desafio da História Global antes da globalização é o de identificar os diversos níveis e escalas nos quais as comunidades se constroem, se modificam, interagem entre si (...) suas abordagens comparatistas em várias escalas espaciais e temporais, quando aplicadas às sociedades antigas, podem lançar uma nova luz sobre os processos de emergência, de resiliência e de transformação das comunidades antes da fabricação dos Estados Nacionais (SILVA, 2020, p. 06-07).

A crítica ao "nacionalismo metodológico" fundante da constituição das disciplinas acadêmicas, no século XIX europeu, hipotecadas a perspectivas internalistas ou genealógicas do pensamento histórico" (CONRAD, 2016, p. 03-04), sem dúvida chama a atenção a problemáticas há muito remediadas.

ESTUDO DE CASO: O CONDADO DE FLANDRES (1188-1215)

A escolha do condado de Flandres não se dá apenas por sua posição estratégica no tabuleiro político europeu, mas por sua potencialidade heurística à luz das abordagens conectadas e multiescalares propostas pela História Global. A instabilidade de suas lealdades vassálicas, os

múltiplos pertencimentos territoriais e os circuitos diplomáticos que atravessam suas fronteiras tornam Flandres um exemplo paradigmático das formas de territorialidade fluida que essa perspectiva permite destacar.

O condado de Flandres, entre o final do século XII e o início do XIII, constitui um exemplo expressivo de região fronteiriça no contexto político da Europa medieval. Situado na faixa limítrofe entre o Reino da França e o Sacro Império Romano-Germânico, Flandres oscilava em sua vinculação feudal entre essas duas potências, refletindo a complexidade das relações de suserania da época. Sua localização estratégica — entre o norte da atual França, o oeste da Bélgica e partes dos Países Baixos — reforçava esse caráter ambíguo. Embora a geografia política da época diferisse da atual, já então Flandres se posicionava como uma zona de contato, tensão e intercâmbio entre diferentes esferas de poder. O caso de Flandres não é apenas emblemático pelas oscilações de vinculação territorial, mas também pela expressividade do conjunto de relações sociais que compunham a dinâmica territorial medieval. Em sendo, nos termos de uma associação entre poder político e território, a composição geográfica correspondente a um determinado nível de domesticidade aristocrática estabelecida.

Admitindo-se, à guisa de exemplo, Flandres, França e Império como "unidades políticas" em si, é possível apresentar uma série de elementos constitutivos do período, bem como a problemática de se pensar as fronteiras territoriais, pela posição dúvida que o condado terá entre o reino francês e o germânico. Ao menos de 1188 até a Guerra de Bouvines, em 1215, há mudanças de lado e casos clássicos de "recusa de fidelidade".

> O pano de fundo desses conflitos é o contexto histórico das querelas entre Capetíngios e Plantagenetas. Desde a posse inglesa em territórios no continente – a dita formação angevina – uma série de conflitos arrolaram-se entre as partes, mobilizando amplas fatias da aristocracia de diversas regiões, o que arrasta inclusive setores do lado germânico. Em vista da pessoalidade das relações de poder no medievo, como apontadas na segunda seção, sob a base de trocas desiguais de presente, captar as oscilações de alianças e vassalidades é um dos desafios a se pensar – ao menos, ainda, nas margens de unidades – as territorialidades estabelecidas. Houve momentos que o condado de Flandres, pelos acordos estabelecidos, integrava o que poderia se chamar de reino da França, ora não. Segundo, aliás, o cronista da época, em 1204, "o jovem imperador [germânico] foi morto em batalha, Baudouin, conde de Flandres, foi eleito e coroado imperador, pelo conselho do doge de Veneza e os príncipes, bem como do acordo geral do povo e do clero" (RIGORD, 1825, p. 162).

O agrupamento de tantos aristocratas em torno de uma conferência, com trocas simbólicas, pactos e alianças inter-regionais, ilustra como as territorialidades se configuravam em redes horizontais de poder e não por delimitações verticais e rígidas. Essa lógica relacional e transversal é precisamente o que a História Global propõe recuperar ao deslocar o foco da análise para dinâmicas de circulação, interação e conexão entre agentes políticos, em vez de abordagens estáticas centradas em espaços nacionais ou homogêneos. Pensando nos termos de fronteiras, nesse sentido, seria legítimo associar Flandres como território francês, como muitos mapas históricos o fazem? As proposições da história global, todavia, em seu esforço de superar o

internalismo e nacionalismo metodológico, não advogam a desconsideração das divisas territoriais, mas realçando suas transformações: "não mais pressupostas, as fronteiras deixam de ser fundamento da historicidade para se tornar também componentes da problemática (...)" (DEGAN; JUNIOR, 2019, p. 230). A potencialidade da temática, cara à história nacional que se centrou na noção de território e fronteira, deixando de lado outras espacializações da vida social (SILVA, 2020, p. 08-09), talvez seja justamente analisar a contrapelo um tema tão caro à historiografia tradicional.

Em 1188 iniciam-se os preparativos políticos em vista da campanha ocidental à Terra Santa (AURELL, 2003, p. 126-130), o que se realiza essencialmente através de uma ampla articulação no corpo da classe dominante. Na conferência entre os reis da França e da Inglaterra, entre Trie e Gisors, reúne-se "uma assembleia de arcebispos, bispos, condes, duques e barões que imitam seu exemplo [a conferência entre os reis]" (RIGORD, 1825, p. 72), e prossegue o cronista fazendo ampla referência aos aristocratas presentes, traço fundante da pessoalidade desses laços políticos, dentre os quais se destaca:

> Gautier, arcebispo de Rouen; Baudouin, arcebispo de Cantorbéri; Filipe, arcebispo de Beauvais; Renaud, bispo de Chartres; Hugues, duque da Borgonha; Ricardo, conde de Poitiers; Filipe, conde de Flandres; Thibaut, conde de Blois; Rotrou, conde du Perche; Guilherme des Barres, conde de Rocherfort; Henrique, conde de Champagne; Roberto, conde de Dreux; Raoul, conde de Clermont; Mathieu, conde de Beaumont; Raoul, conde de Soissons; Henrique, conde de Bar; Bernard de Saint-Valery, Jacques d'Avesnes; Pierre, conde de Nevers; Guilherme de Mellot, Drogon de Mellot e um grande número de outros senhores inflamados também de um santo zelo, porém seria longo demais citar todos os nomes aqui (RIGORD, 1825, p. 72).

O conde de Flandres menciona acima é Filipe da Alsácia, figura expressiva no conjunto dos conflitos aventados. Essas querelas perpassam, efetivamente, momentos de acordo e ruptura – a dinâmica consenso-dissenso mencionada – por vias diversas, como o casamento de herdeiros (BERGER, 1916, p. 348-350), as formas de auxílio na resolução de conflitos internos intermediados pelo rei da França, como exemplifica as disputas pelas pastagens comuns entre Saint-Omer e a abadia de Saint-Bertin (BERGER, 1916, p. 616-617), etc. A se restringir somente as tipificações territoriais tradicionais, bem como a descrição dos documentos de época que evocam os diversos participantes desses acordos, as análises historiográficas estejam inclinadas a incidir sobre abordagens tradicionais. Tanto o exemplo do casamento, quanto o do acordo intermediado, mobilizados acima, podem apontar às possibilidades de pensar outras formas de comunicação, mobilidade social e trocas que envolvem "relações desiguais de distribuição de poder" (SILVA, 2020, p. 10). A referência a tantos aristocratas, bem como as flutuações do conjunto dessas relações, pode aventar a possibilidade de pensar mobilidades em que "a comunicação e a circulação se encontram para oferecer a visão de uma história conectada da Idade Média, para além das tradicionais barreiras geográficas e temporais", rompendo com a ideia de uma sociedade estática e fechada (SILVA, 2020, p. 12-14).

Ainda sobre as oscilações aristocráticas, na esteira das tensões apresentadas, o tratado entre a condessa de Beaumont e o rei da França sobre possessões em Flandres, em 1191:

> Em nome da Trindade santa e indivisível. Amém. Filipe com a Graça de Deus, Rei dos Francos. Seja conhecido por todos, no presente e no futuro, que Aliénor, condessa de Beaumont, firmou conosco a paz no Vermandois e Valois, com aprovação e estima do conde, seu marido, a esse respeito. A condessa permanece com o Valois e qualquer coisa que o pertencer em feudo e domínio, e Chauniacum com seus pertences em feudo e domínio, Reisons com seus pertences em feudo e domínio, Laciniacum com seus pertences em feudo e domínio, Sanctus Quintinus com seus pertences em feudo e domínio, Ribemont com seus pertences em feudo e domínio e Origniacum com o mesmo direito tal qual o conde Radulfus teve e o conde de Flandres. Além disso, a condessa ficará com duzentos livres de denarius nigrum com Roiam a cada ano e cinquenta marc d'argent e peso Trecense, a cada ano, com Peronam (BERGER, 1916, p. 490-491).

O cartulário apresentado acima aponta um acordo acerca de tensões e disputas políticas em regiões internas do condado de Flandres, o que demonstra, também, o quão essas "unidades políticas" – como um condado – são perpassadas de disputas territoriais e rivalidades diversas, não sendo plausível de forma alguma considerar que a domesticidade do conde se estabelecia perfeitamente em todo território abstratamente associado a ele. Acordos como esse são precedidos, geralmente, de uma série de conflitos pequenos, escaramuças, tensões sociais etc. até que seja efetivamente encaminhado pela normativa da época. Expressam, não obstante, teias variadas de relações de subordinação pessoal que perfazem uma dinâmica por vezes fugidia de captar.

Após a Cruzada acordada em 1188, o fluxo de tensões entre Capetíngios e Plantagenetas volta a escalar. As facções aristocráticas organizam-se, realizam acordos diversos; movimento típico das relações de dependência pessoal dos períodos. A despeito dos acordos anteriores – sublinhando a fluidez conjuntural dessas relações – o conde de Flandres passa a orbitar a facção rival dos franceses. Os registros de cartulário e a descrição dos cronistas oferecem elementos para mapear os grupos envolvidos, em um grau mais ampliado, oferecendo elementos para se projetar o grau e alcance dessas alianças. De 1190 a 1212 a facção Capetíngia contou – além da própria realeza francesa - com o conde de Saint-Gilles, conde de Ponthieu, conde de Blois, conde d'Eu, conde de Toulouse, visconde de Limoges, conde de Alençon, visconde de Bruges, duque da Bretanha, além de apoios no Sacro-Império, como de Frederico II, o duque de Brabant e o bispo de Metz (RIGORD, 1825, p. 114-117, 121-124, 174-177, 146-147, 256, 264-266). Já a facção Plantageneta-Flandres conta com o conde de Perche, conde de Leicester, conde de Arundel, conde de Périgueux, conde de Champagne, visconde de Broque, conde de Dammartin, conde de Angoulême, conde de Namur, visconde de Thouars, bispo de Cambrai, etc., além, é claro, dos importantes casos do conde de Flandres e Bologne. Estes últimos são peças fundamentais na disputa de poder entre as facções, ambos cooptados pelos Plantagenetas, sublinhando o condado de Flandres que a época figurava muito mais como parte do território do Sacro Império, vide inclusive a ascensão do conde ao trono imperial (RIGORD, 1825, p. 308-309).

O conde, que havia rompido com os Capetíngios, subordina-se ao monarca inglês em 1194 (RIGORD, 1825, 114-117, 146, 262-265). Tanto Capetíngios quanto aos Plantagenetas disputam a fidelidade e aliança dos dois condes, destacando-se o conde de Flandres por sua importância fundamental. O conde de Flandres aparece em diversos momentos no caso de múltipla vassalidade,

vinculado tanto aos Capetíngios, quanto aos Plantagenetas. Ou ainda, em 1212, em um momento de franco alinhamento de Flandres com os Plantagenetas, o conde é procurado com a proposta Capetíngia de invasão da Inglaterra; este exemplo ilustra o peso político do condado nas disputas da classe dominante e o constante disputa do mesmo entre as facções (RIGORD, 1825, 256). A multiplicidade de vínculos do conde de Flandres, ora submetido à autoridade capetíngia, ora à casa Plantageneta, evidencia a coexistência de formas concorrentes de autoridade e jurisdição. Essa sobreposição de vínculos remete à ideia de "política translocal" explorada em certas vertentes da História Global, na qual múltiplas soberanias se exercem simultaneamente em espaços interconectados. Não se trata apenas de flutuação política, mas de um modo de organização do poder em que a autoridade se negocia de forma dinâmica e descentralizada.

A factualidade das dinâmicas territoriais da realidade medieval, nos termos da história global, pode ser contrastada com outras experiências históricas. Em sendo esse paradigma calcado na base de metodologias comparativas que lançam em relevo as interdependências e conexões possíveis, por vezes em sociedades sem contato entre si, interligando processos que vinculam laços mais gerais às lógicas locais: "as perguntas mais interessantes muitas vezes surgem no ponto em que processos globais se cruzam com suas manifestações locais" (CONRAD, 2016, p. 11-12). Entretanto, convém destacar, resta um campo amplo aos estudos empíricos que de fato estabeleçam essas conexões. A história global, em sua multiplicidade de abordagens, parece ser ainda propriamente declaratória: enuncia-se abordagens e metodologias, mas pouco se demonstra pragmática e empiricamente tais questões. Ao que consta:

> A história global é tanto um objeto de estudo quanto uma forma particular de se olhar para a história: ela é ao mesmo tempo um processo e uma perspectiva, conteúdo e metodologia (...) instrumento heurístico que permite ao historiador formular perguntas e gerar respostas que diferem daquelas criadas por outras abordagens" (CONRAD, 2016, p. 11-12).

Não se duvida aqui do potencial heurístico dessa perspectiva, ou mesmo do poder historiográfico de desvelar outros elementos históricos a partir de novas inquietações. Advoga-se, pois, que "seu significado mais importante está na mudança do elemento explicativo da história: uma nova sensibilidade para com os agentes, forças e fatores históricos em escalas acima e abaixo da nação ou da região" (DRAYTON; MOTADEL, 2018, p. 13-14).

Visualizar tais questionamentos, inclusive, a partir da rivalidade para com o rei francês por parte do conde de Flandres, não se apagam uma série de vínculos, negociações e benefícios que marcam ambos os lados. Nos momentos de maior tensão e, sobretudo, nos acordos após conflitos, a documentação do período explicita elementos caros à reflexão historiográfica: dinâmicas sociais, que estabelecem territorialidades, a partir de flutuações de vinculações pessoais. Resta destacar, a partir das referências globais, que apregoa que "sua riqueza e sua especificidade residem notadamente em sua vontade de conduzir as análises a diversos níveis, de deslocar perspectivas, de combinar diferentes escalas, das maiores às menores" (MAUREL, 2009, p. 158), os vínculos

potenciais com outras realidades. Todavia, a se fazer emergir as vinculações possíveis entre regiões diversas exige pesquisas assentadas "(...) em pensamento comparativo e conectivo inspirado – e não apenas na acumulação de exemplos vindos de diferentes regiões" (DRAYTON; MOTADEL, 2018 p. 14-15). Por exemplo, no contexto de um acordo de paz entre Filipe Augusto e João Sem Terra, então no trono inglês, em 1200, é possível notar – mesmo com o "rompimento" de Flandres com o poder régio capetíngio – uma série de vínculos, pois um dos trechos do tratado aponta:

> Pelo que o conde de Flandres detém como terra do rei da França, ele prestará homenagem ao senhor Filipe. E se o referido conde de Flandres, ou quaisquer homens do rei da França que sejam ou devam ser antes homens do rei da França do que nossos [rei inglês], quiserem causar dano ou prejuízo ao rei da França, não poderemos prestar-lhes auxílio nem os reter contra o senhor rei da França; e da mesma forma, o rei da França, conforme o presente acordo, não poderá reter nem defender aqueles que seriam ou deveriam ser antes nossos homens do que seus (RIGORD, 1825, p. 152).

Fica latente, não obstante, as disputas pelos vínculos de lealdade, bem como a multiplicidade contraditória de laços que um aristocrata poderia manter. Em se admitindo, entretanto, a tese de Flandres como uma entidade política própria, quase um reino autônomo, o mesmo poderia ser considerado para diversas regiões da Europa medieval, o que ainda assim colapsa parte da estrutura analítica nacional que abordamos. As marcas conjunturais, ainda assim, são muito destacadas, pois ponderar os limites territoriais a partir do exercício de poder de algum polo aristocrático exige essa fluidez. A pujança e relevância do condado de Flandres, por exemplo, é significativamente atingida pela derrota em Bouvines (1215): o conde Ferrand cai cativo do rei da França, o que exige da condessa subordinação a Filipe Augusto com flagrantes desvantagens (RIGORD, 1825, p. 308-309).

A análise do condado de Flandres entre 1188 e 1215 revela que as fronteiras e territorialidades medievais não podem ser compreendidas como limites estáveis e previamente dados, mas como zonas de negociação e reconfiguração contínua. Ao articular os vínculos pessoais da aristocracia, os acordos diplomáticos inter-regionais e as sobreposições jurisdicionais, evidencia-se uma lógica de poder fortemente relacional. É justamente essa mobilidade de escalas e a natureza interconectada dessas formações políticas que a História Global permite destacar, ao oferecer ferramentas para a análise de territórios enquanto construções instáveis, plurais e interdependentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a "polissemia conflituosa" das apreensões da história global (DOUKI; MINARD, 2007, p. 07-10) convida a reflexões metodológicas diversas de um campo ainda em franca disputa, mas deixa em aberto os possíveis futuros do campo. Se as inquietações da atualidade globalizada implicaram em novas problemáticas históricos, como apontado no início, o mesmo ocorre com as desventuras das oscilações conjunturais do mundo atual.

A tradição historiográfica francesa, a despeito de seu relativo provincialismo acadêmico e ciosos da perda de relevância internacional em face dos encaminhamentos anglófonos (GROSSER, 2011, p. 03-05), tem uma apreensão consideravelmente crítica da história global. Uma das críticas, que nos parece extremamente arguta, é a naturalização da globalização, bem como sua vinculação político-ideológica marcadamente estadunidense (MAUREL, 2009, p. 164). A progressiva – e aparentemente inescapável – conectividade é apreendida, no geral, apenas pelo seu viés positivo, do que genericamente soma-se de forma proveitosa à humanidade. Oblitera-se da análise o véu de fundo da globalização, seu dínamo elementar, o capitalismo – com suas misérias, guerras, tragédias e barbaridades. Essa "aldeia global", na análise historiográfica, não pode subsumir-se a sua naturalização positivada, bem como sublimar o caráter neoliberal, que os franceses destacam bem, que parece orientar diversas análises da história global (MAUREL, 2009, p. 165-166).

As reações, tanto à globalização quanto à história global, são diversas. Segundo o professor Marcelo Cândido, a história global não se consolidou como um campo e "uma das razões disso é que os historiadores se equivocaram no diagnóstico de que os Estados Nacionais estavam em inelutável declínio e de que, por conseguinte, a história global subsistiria a história nacional" (SILVA, 2020, p. 06-07). O prognóstico neoliberal, do final do século XX, às expensas da queda do Muro e da alternativa socialista, era que o mundo caminhava a uma inexorável integração, estando os Estados nacionais e nacionalismos em vias do fim a favor de um "mundo sem fronteiras". O que se nota, entretanto, é que a "corrente de nacionalismos antiglobalização está em pleno curo (...) contida em sua crítica à história global – e aos seus praticantes cosmopolitas e desenraizados – está a ideia de que ela teria buscado "ofuscar" os marcos nacionais de investigação" (DRAYTON; MOTADEL, 2018, p. 01). As "reações nacionalistas" variam desde lógicas acadêmicas, como os franceses e seu conservadorismo institucional e sua "focalização franco-francesa" (DOUKI; MINARD, 2007, p. 16-19) – vide as duras reações a obra de história mundial de Boucheron na França (SILVA, 2020, p. 04) -, passando pelas profundas desconfianças "às modas estadunidenses" (MAUREL, 2009, 153-154) às reações políticas a "própria antiglobalização é um fenômeno da globalização, e geralmente busca reconstituir o lugar da nação no mundo, em vez de recuar para uma autarquia desconectada. O "America First" de Trump e seus análogos internacionais são apenas as encarnações mais recentes dessa dialética reacionária" (DRAYTON; MOTADEL, 2018, p. 02).

Em se tratando, nos termos da história global, de um paradigma relativamente em moda, há uma certa "obsessão global" (CONRAD, 2016, p. 14-16), o que pode clivar a abordagem a um esforço prévio de submeter os objetos de análise a uma perspectiva global o que implica a falta de rigor de muitas análises totalizantes (MAUREL, 2009, p. 163-164). No bojo da "metáfora do astronauta", a ampliação demasiada da escala de análise pode, sem dúvidas, infringir deformações à análise, pois poderia o historiador visualizar a história como um astronauta, sem recair em uma espécie de hegelianismo do século XXI? (HARTOG, 2013, p. 165-166). Há certo pessimismo, por vezes exagerado, como se nota a seguir:

> O historiador conexionista enxerga com outros olhos suas fontes, alarga desse modo a noção de documento, multiplica seu questionário. A busca por conexões, todavia, desenhando, no fim, uma rede, não pressupõe, ao contrário, que exista uma história do mundo e um possível ponto de vista único sobre ela (...) (HARTOG, 2013, p. 178-179).

Não se trata, não obstante, de um "ponto de vista único" nem sobre as conexões, sequer da História. A rigor, "o objetivo da história conectada é outro: ele procura superar os compartimentos, aqueles dos historiadores nacionais como aqueles das áreas culturais, para fazer emergir os modos de interação" (DOUKI; MINARD, 2007, p. 20-21).

A partir das discussões mobilizadas, nesse artigo, a respeito das fronteiras territoriais parece ser possível destacar a fertilidade de algumas ideias vinculadas à história global, bem como sua necessária crítica às fronteiras nacionais enquanto referência internalizada, também, à produção historiográfica. Através dessas novas inquietações se faz emergir novas análises à territorialidade e fronteiras no medievo, todavia, o caminho ainda parece longo. As disputas acadêmicas entorno da própria história global, de certa forma, clivam o árduo esforço de, na prática, demonstrar a execução e exequibilidade dos pressupostos aventados.

REFERÊNCIAS

Fontes

BERGER, M. Élie. **Recueil des actes de Philippe-Auguste, roi de France** / publié sous la direction de M. Élie Berger (dir.) Tome I, Années de règne I à XV (1er novembre 1179-31 octobre 1194) / par M. H.-François Delaborde, 1916.

RIGORD, **Vie de Philippe Auguste / Rigord. Vie de Philippe Auguste / Guillaume le Breton. Vie de Louis VIII**. Édition, traduction et notes sous la direction de François Guizot. Paris, Imprimerie de Lebel, 1825

Bibliografia

AURELL, Martin. **L'Empire des Plantagenêt 1154-1124**. Paris, Éditions Perrin, 2003.

BERNARDO, João. **Poder e dinheiro. Do poder pessoal ao Estado impessoal no regime Senhorial, séculos V-XV. Parte II: Diacronia, Conflitos sociais do século V ao século XIV**. Porto, Edições Afrontamento, 1997.

CLAVERO, Bartolome. **Institución politica y derecho: acerca del concepto historiografico de "Estado Moderno"**. Revista de Estudios políticos, Nueva Epoca, nº 19, 1981.

CONRAD, Sebastian. **What tis Global History?** New Jersey, Princeton University Press, 2016

DEGAN, Alex; JUNIOR, Lindener Pareto. **História global, histórias conectadas: debates contemporâneos.** Esboços, Florianópolis, v. 26, 2019.

DEMOTZ, B. **Les principautés dans l'Occident médiévale**. Turnhout: Brepols, 2007.

DESTEMBERG, Antoine. **Atlas de la France médiévale: hommes, pouvoirs et espaces, du Vº au XVº siècle**. Paris, Éditions Autrement, 2017.

DOUKI, Caroline; MINARD, Philippe. **Histoire globale, histoire connectées: un chagement d'échelle historiographique?** Revue d'Histoire Moderne & Contemporaine, 54-4 bis, 2007.

DOUKI, Caroline; MINARD, Philippe. **Histoire globale, histoire connectées: un chagement d'échelle historiographique?** Revue d'Histoire Moderne & Contemporaine, 54-4 bis, 2007.

DRAYTON, Richard; MOTADEL, David. **Discussion: the futures of global history**. Journal of Global History, 13 (1), pp. 1-21, 2018

DUBY, Georges. **Histoire de la France: naissance d'une nation, des origines à 1348**. Paris, Labrousse, 1970

ELISSALDE, Bernard. **Une géographie des territoires**. In: L'information géographique, volume 66, n°3, 2002.

FELLER, Laurent. **Paysans et seigneurs au Moyen Âge (VIII-XV siècle)**. Paris, Armand Colin, 2º edição, 2017.

GROSSER, Pierre. **L'histoire mondiale/globale, une jeunesse exubérante mais difficile**. Vingtième siècles, Revue d'histoire, 2011

HARTOG, François. **Experiências do tempo: da história universal à história global?** Revista História, Histórias, Brasília, vol. 1, n. 1, 2013.

HIRSCH, Joaquim. **Teoria materialista do Estado: processos de transformação do sistema capitalista de Estado**. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

KUCHENBUCH, Ludof & MICHAEL, Bernd. **Estructura y dinâmica del modo de produccion 'feudal' em la Europa pré-industria/**, Verlag Ullstein Frankfurt, 1977.

LECUPPRE-DESJARDIN, Élodie. **The illusion of the Burgundian State**. Manchester University Press, Oxford Road, 2022.

MATTEUCCI, Nicola. **Lo Stato moderno**. Lessico e percorsi. Bolonha: Il Mulino, 1997.

MAUREL, Chloé. **La World/Global History: questions et débats**. Vingtième siècle, Reveu d'histoire, 2009.

MAZLISH, Bruce. **The New Global History**. New York, Routledge, 2006.

MOAL, Laurance. **Dans le royaume ou en marge ? Le frontière des principauté (séc. XIII-XV)**. In : Annales de Bretagne et des Pays de l'Ouest, 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Editora Ática, 1993.

SILVA, Marcelo Cândido. **Uma história global antes da globalização? Circulação e espaços conectados na Idade Média**. Revista História, São Paulo, n. 179, 2020

SILVA, Paulo Adriano Santos. **Território: abordagens e concepções**. Boletim Dataluta, 2015.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília; São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999

WICKHAM, Chris. **Europa en la Edad Media: una nueva interpretación**. Barcelona, Planeta, 2017.